

Canal Energia – 26/06/2009

Hermes Chipp, do ONS: A segurança do atendimento - o enfoque do ONS

<http://www.canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Noticiario.asp?id=72282>

Não cabe, portanto, confrontar o custo da geração térmica complementar com o custo do déficit evitado, em média, para todos os possíveis cenários de afluência

Hermes Chipp, para a Agência CanalEnergia, Artigos

O **Instituto Acende Brasil**, apoiado em documento preparado pela PSR, divulgou resultados de análises realizadas levando em conta a aplicação do mecanismo de segurança acionado pelos Procedimentos Operativos de Curto Prazo em 2008 e inferências para o período 2009-2012.

Dentre os temas abordados no documento, destacam-se: medidas visando ao aumento da segurança, ao impacto nos custos para o consumidor associados à implantação dessas medidas, além da suposta falta de transparência dos estudos realizados pelo ONS.

Não conhecendo o relatório que respalda os resultados, acreditamos que a PSR e o **Instituto Acende Brasil** calcularam o aumento de custos operativos e a redução de déficits decorrentes da aplicação dos Procedimentos Operativos para um conjunto de cenários hidrológicos. Entendemos então que, quando afirmam que haverá um aumento de custo médio de R\$ 480 milhões e redução de déficit de 9 MW médios no período 2009-2013, correspondente ao ICB médio nesse período de 6.020 R\$/MWh - que excede o custo social do racionamento, isto é, o custo do seguro parece ser maior do que o benefício para a sociedade -, consideraram a hipótese de realização de todos esses cenários, caracterizando uma abordagem probabilística.

Ocorre que, com o objetivo de assegurar o pleno abastecimento - mesmo para a realização de um cenário hidrológico extremamente severo, pré-selecionado dentre aqueles já observados no registro histórico de 79 anos -, a abordagem utilizada pelo Operador Nacional através da aplicação dos Procedimentos Operativos tem enfoque determinístico.

Portanto, o ONS ratifica a posição, já manifestada em diversas oportunidades, de não ser adequada, sob o ponto de vista técnico, a tomada de decisão para a garantia do atendimento no ano corrente em bases probabilísticas, ou seja, com base no risco de déficit. Isto porque no período úmido esse índice é altamente afetado pela imprevisibilidade e volatilidade das afluências. Para se ter uma idéia, em janeiro de 2008 o risco era de 22%, e, em abril, esse mesmo risco já era zero, evidenciando não ser apropriada a análise do atendimento no ano corrente sob o enfoque probabilístico. No período seco, como o comportamento futuro das afluências é bem definido, fica ainda mais evidente que a análise do atendimento deve ser determinística.

O Operador sempre busca assegurar o pleno atendimento da carga, mesmo na hipótese de realização de um cenário adverso de afluências, significando, em certas situações, o acionamento preventivo de usinas termoelétricas para alcançar níveis de armazenamento nos reservatórios que garantam o abastecimento, tanto para o ano em curso como para o ano subsequente.

Como as afluências têm papel preponderante em um sistema de produção predominantemente hidráulico, sempre haverá risco de que essa geração possa ter sido maior do que a necessária. Essa análise só é possível após o pleno conhecimento das afluências.

Esse tipo de arrependimento é o mesmo daquele intrínseco na abordagem probabilística acima citada, já que nesse caso a decisão está baseada no valor esperado de todos os cenários de afluência, e somente um cenário, ainda não conhecido quando da determinação da estratégia de operação, irá ocorrer.

Ainda com relação aos cálculos efetuados pelo Instituto, observa-se que em 10% dos casos simulados o custo/benefício é baixo. Isto é, justifica-se a aplicação de critérios de segurança, pois os Procedimentos Operativos, como metodologia de segurança, não visam à minimização de custos médios e sim à redução de arrependimentos.

A título ilustrativo, considerando o PIB de 2008 (R\$2,9 trilhões) e supondo uma contração de 2%, valor aproximado verificado no racionamento de 2001, resultaria em uma perda econômica de R\$ 58 bilhões, valor muitas vezes superior ao encargo de R\$2,3 bilhões.

O Instituto salienta que o objetivo do planejamento não é segurança a qualquer preço, e, sim, encontrar um melhor equilíbrio entre segurança e custos para o consumidor. Com base nesse argumento propõe que, em relação ao futuro, a introdução de qualquer metodologia operativa deva ser precedida de uma análise custo-benefício que a justifique.

Com relação à análise baseada em custo-benefício médio, o ONS tem entendimento diferente. Tendo em vista a possibilidade da ocorrência de cenários hidrológicos severos, caso não tenham sido tomadas as medidas mais adequadas com a antecedência necessária, o custo para a sociedade, em caso de decretação de racionamento, será muito maior que os encargos acarretados pela geração térmica adicional acionada por cumprimento dos Procedimentos Operativos de Curto Prazo. Não cabe, portanto, confrontar o custo da geração térmica complementar com o custo do déficit evitado, em média, para todos os possíveis cenários de afluência. Deve-se, em vez disso, levar em conta as situações adversas específicas, nas quais os Procedimentos Operativos evitam o racionamento, considerando a amplitude e a duração dos impactos que causariam à economia do país, tais como a frustração de investimentos não realizados, com repercussão nos anos seguintes, como foi vivenciado ao se acompanharem as conseqüências do racionamento de 2001, além dos elevados custos sociais não mensuráveis economicamente.

Finalmente, quanto à transparência dos estudos realizados pelo ONS, lembramos que as metodologias e critérios de segurança associados aos Procedimentos Operativos, tais como a fixação dos níveis meta, constaram da Nota Técnica submetida à Audiência Pública nº 062/2008. Sua aplicação tem sido feita, mensalmente, nas reuniões de elaboração do Programa Mensal de Operação, abertas à participação de todos os agentes do Setor Elétrico, ambiente que julgamos mais apropriado para o debate de temas de tal relevância.

Finalmente colocamo-nos à disposição, como sempre, para prestar esclarecimentos a qualquer instituição do setor elétrico e de outros segmentos, de forma que sejam sempre transparentes para a sociedade brasileira as ações do Operador.

Hermes Chipp é diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico